

EDITAL (SERVIÇOS)

PREÂMBULO

1. Regência legal:

Esta licitação obedecerá às disposições da Lei estadual nº 9.433/05, da Lei Complementar nº 123/06, das normas gerais da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações, bem como à legislação específica.

2. Processo administrativo:

0706160015721

3. Órgão/entidade e setor:

EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S/A - EBAL

4. Modalidade/número de ordem:

(☒) Pregão eletrônico nº 004/2017

5. Tipo de Licitação:

(☒) Menor Preço

() Por item

() Por lote

(☒) Global

6. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para Controle Integrado de Pragas (CIP) nas Unidades da EBAL. Família: 03.07

7. Regime de execução/fornecimento (forma de medição para efeito de pagamento):

Serviço com empreitada por preço () global (☒) unitário

8. Dos Recursos Orçamentários:

Centro de Custo:

Nº 2.100; 5.000; 6.000

Conta Contábil

Conservação, limpeza e coletas (serviços)

Código

8055

9. Prazo para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente:

(☒) 05 dias

10. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Site: www.licitacoes-e.com.br
www.comprasnet.ba.gov.br

Tempo de disputa: 10 minutos mais o tempo aleatório do sistema

Recebimento das propostas: das 08:30 horas do dia 31/03/2017 às 14:30 horas do dia 04/04/2017.

Início da sessão pública: às 15:00 horas do dia 04/04/2017 (**HORÁRIO DE BRASÍLIA**)

11. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica:

(☒) Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, conforme Parecer datado de 15/02/2017.

12. Interstício para o recebimento das propostas:

(☒) 08 dias úteis

13. Sumário:

PARTE I – PROPOSTAS

- (☒) SEÇÃO I. Especificações para elaboração da proposta de preços
- (☒) SEÇÃO II. Termo de Referência do objeto da licitação
- (☒) SEÇÃO III. Orçamento estimado em planilha
- (☒) SEÇÃO IV. Modelo de Descrição da Proposta
 - (☒) 1 - Modelo de descrição da proposta de preços

PARTE II – HABILITAÇÃO

- (☒) SEÇÃO I. Documentos de Habilitação
- (☒) SEÇÃO II. Certificado de Registro Cadastral CRC/CRS
- (☒) SEÇÃO III. Modelos de Prova de Qualificação Técnica
 - (☒) Comprovação de Aptidão para o Desempenho
 - (☒) Declaração de Ciência dos Requisitos Técnicos
 - (☒) Declaração firmada pela própria licitante

PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

- (☒) SEÇÃO I. Amostras/demonstração de compatibilidade
(☐) Não
(☒) SEÇÃO II. Participação de empresas reunidas em consórcio
(☐) Não
(☒) SEÇÃO III. Participação de cooperativas de trabalho
(☐) Não

PARTE IV - CONTRATO

- (☒) Minuta do contrato

PARTE V – DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- (☒) Título I – Dos Princípios
(☒) Título II – Dos Impedimentos
(☒) Título III- Das Propostas e dos Documentos de Habilitação
(☒) Título IV – Do Procedimento da Licitação
(☒) Título V – Dos Contratos
(☒) Título VI – Das Penalidades
(☒) Título VII – Da Revogação e Anulação
(☒) Título VIII – Do Foro

PARTE VI – MODELOS PADRONIZADOS

- (☒) I. Modelo de declaração de elaboração independente de proposta
(☒) II. Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor
(☒) III. Modelo de declaração de enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) **[exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**
(☒) IV. Modelo de declaração quanto à regularidade fiscal (Lei Complementar nº 123/06) **[exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**
(☒) V. Modelo de Procuração
(☒) VI. Modelo de petição de impugnação/recurso
(☐) VII. Modelo de declaração de pleno conhecimento **[exclusiva para a modalidade pregão]**

PARTE VII – RELAÇÃO DAS UNIDADES DA EBAL E ENDEREÇOS

- (☒) I. Relação das Unidades da EBAL e respectivos endereços.

15. Informações e esclarecimentos adicionais

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no portal www.comprasnet.ba.gov.br ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório.

16. Responsável pela expedição do convocatório e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação:

Fernanda Ferreira Ribeiro

Portaria nº 008/16 – DOE de 15/04/2016.

Endereço: Edifício Sede da EBAL, sito na Av. Gen. Graça Lessa, 888, Vale do Ogunjá, Brotas, nesta Capital.

Horário: 08:00 às 18:00h Tel.: (71) 3116-2615 Fax: (71) 3116-2524 E-mail: copel.ebal@ebal.ba.gov.br

Salvador, 20 de março de 2017.

Fernanda Ferreira Ribeiro
Matrícula: 50015548-6

PARTE I – PROPOSTAS

SEÇÃO I ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.
 - 1.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.
2. O prazo de entrega ou de execução do objeto será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule.
 - 2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes reduzi-lo.
3. O prazo de garantia técnica será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo menor ou que não o estipule.
 - 3.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de garantia técnica inferior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.
4. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com o modelo proposto neste convocatório, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em 02 (duas) casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
5. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.
6. **A licitante deverá observar as cláusulas e condições do instrumento de contrato constante deste convocatório precedentemente à elaboração da proposta.**
7. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 deverão indicar esse enquadramento tributário na **Declaração de Enquadramento**, conforme modelo da **PARTE VI** deste instrumento.
8. A licitante deverá incluir no **envelope de proposta de preço**, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos:
 - (✓) Descrição da proposta de preços
 - (✓) Declaração de elaboração independente de proposta
 - (✓) Declaração de enquadramento, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/06.
 - (X) Declaração de pleno conhecimento

SEÇÃO II

TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. Descritivo: A presente licitação tem por objeto a prestação dos serviços especializados para Controle Integrado de Pragas (CIP) nas Unidades da EBAL conforme quantitativos e especificações descritas abaixo.

2. Especificações, características, quantitativos, prazo de execução e local da prestação dos serviços:

ITEM	OBJETO
01	CONTROLE INTEGRADO DE VETORES E PRAGAS urbanas nas Unidades, através de monitoramento e aplicação de produtos químicos. Pragas a serem controladas: baratas, roedores, moscas, mosquitos, formigas, carunchos e demais insetos rasteiros, nos setores: - Instalações Administrativas compostas por sede e 02 anexos; - Instalações Administrativas Manutenção de São Caetano (GEREM); - 03 Centrais de Distribuição localizadas em Salvador, Senhor do Bonfim e Buerarema; - 55 locas da Cesta do Povo distribuídas por todo interior do estado; - 28 lojas da Cesta do Povo localizadas na Capital e Região Metropolitana.

2.1. Local de execução dos serviços: Os serviços, objeto desta licitação, serão executados nas Unidades da EBAL, fora do expediente, com exceção da desratização que poderá ser em horário comercial, desde que a CONTRATADA, nas lojas da Cesta do Povo, retire os portas-iscas da área de vendas para verificação e reposição das iscas na área do depósito, recolocando os porta iscas, conforme croqui da unidade. Os dias e horários das visitas às unidades, incluindo finais de semana e à noite, deverão ser acordados pelas partes.

2.1.1 Os endereços das unidades onde os serviços serão executados estão dispostos na relação constante da **PARTE VII – RELAÇÃO DAS UNIDADES DA EBAL.**

2.1.2. As Unidades estarão abertas para visitação pelas empresas interessadas.

2.2. Produtos Utilizados e Periodicidade

PRAGAS	PRINCÍPIO ATIVO	PERIODICIDADE		
		ADMINISTRATIVO	CENTRAIS, LOJAS: OGUNJÁ, SÃO CAETANO, CAMINHO DE AREIA	LOJAS
Barata (<i>Periplaneta americana</i>)	Deltametrina – pó seco	Trimestral	Mensal	Bimestral
	Alfacipermetrina			
Barata (<i>Blattella germânica</i>)	Sulfluramida em gel	Trimestral	Mensal	Bimestral
	Alfacipermetrina			
Carunchos (<i>Curculionidae</i>)	Cipermetrina	-	-	Bimestral
Formiga caseira (<i>Formicidae</i>)	Sulfluramida em gel	Trimestral	Mensal	Bimestral
	Alfacipermetrina			
Formigas de jardim (<i>Formicidae</i>)	Deltrametrina – pó seco	Trimestral	Mensal	Bimestral
Moscas / mosquitos (<i>Diptera</i>)	Cipermetrina PM	Trimestral	Mensal	Bimestral
Roedores (<i>Rodentia</i>)	Placa adesiva	-	Mensal	Bimestral
	Brodifacoum – isca parafinada	Trimestral	Mensal	Bimestral

2.3. Especificações dos produtos:

2.3.1. Alfacipermetrina: Inseticida em suspensão concentrada. Grupo químico – Piretróides.

2.3..2. Brodifacoum: Rodenticida anticoagulante, em forma de iscas parafinadas, contendo BITREX. Resistente à temperatura. Peso – 20g. Fixados na área interna de porta iscas tipo box em PVC, providos de chave e lacre. Grupo Químico – Derivado de Hidroxicumarina.

2.3.3. Cipermetrina PM: Inseticida na forma de pó molhável. Grupo químico – Piretróides.

2.3.4. Deltametrina: Inseticida em formulação pó seco. Grupo químico – Piretróides.

2.3.5. Isca de cola: Placas adesivas medindo 24x12cm e espessura de 1 cm, dispostas em porta iscas tipo box em PVC.

2.3.6. Sulfluramida: Inseticida em forma de gel. Grupo químico – Sulfonamida Fluoralifática.

OBSERVAÇÃO: A concentração dos produtos deve seguir a orientação do fabricante.

2.4. Locais de aplicação dos produtos:

2.4.1. Polvilhamento: caixas de esgoto, ralos.

2.4.2. Pulverização: batentes de porta, rejuntas de pisos e azulejos, cantoneiras e batentes de alumínio, esquadrias de janelas, rodapé, área de passagem, pátio de carga e descarga de mercadoria, prateleiras e gôndolas.

2.4.3. Gel: equipamentos, mesas, bancadas, prateleiras, gôndolas e parte elétrica.

2.4.4. Placa adesiva: área interna, devendo estar a uma distância mínima de 20m entre um e outro, fazendo um anel de proteção.

2.4.5. Iscas parafinadas: área externa, área circunvizinha ao prédio da unidade. Os porta-iscas devem estar a uma distância mínima de 20m entre um e outro, fazendo um anel de proteção.

2.5. Prazo de execução: O prazo de execução dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de acordo com o prazo previsto em lei.

3. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS:

3. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS DA CONTRATADA: Além das determinações contidas na minuta de contrato, bem como daquelas decorrentes de leis, decretos e instruções, serão observadas pela CONTRATADA as seguintes **OBRIGAÇÕES:**

3.1 Apresentar cronograma de prestação de serviço 72 horas após a assinatura do contrato, contemplando toda a vigência do mesmo, para validação da Contratante, de acordo com a cronologia dos certificados de garantia vigentes de cada unidade disponibilizados pela GERAD/SESEG.

3.1.1 Realizar a primeira visita, após a assinatura do contrato, em até 30 dias nas unidades com periodicidade mensal e em até 60 dias nas unidades com periodicidade bimestral e trimestral;

3.1.2 Na primeira visita, a cada unidade, a Contratada obriga-se a:

a) Realizar uma inspeção inicial para análise da situação, visando elaborar e apresentar um diagnóstico. Nesta inspeção deverá ser mapeado e identificado o local, bem como suas causas e consequências atuais e futuras (barreiras físicas, entorno, adequação do ambiente, entre outros). Com base neste diagnóstico deverá ser apresentado a Contratante um relatório de diagnóstico com a estratégia de tratamento de cada unidade (barreiras físicas, entorno, adequação do ambiente, entre outros). Com base neste diagnóstico deverá ser apresentado a Contratante um relatório de diagnóstico com a estratégia de tratamento de cada unidade;

b) Elaborar mapa de criticidade (croqui de cada unidade), no qual devem estar identificados todos os tipos de armadilhas, como: porta iscas raticidas e/ou placas adesivas para roedores, com respectivos números e localização, após validação do relatório de diagnóstico pela Contratante;

c) Disponibilizar para cada unidade planilha de ocorrência de pragas.

d) Disponibilizar para cada unidade, fotocópia do Alvará Sanitário expedido pela Autoridade Sanitária competente do Estado da Bahia, dentro do prazo de validade.

3.2 Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, uma planilha de ocorrência de pragas, a qual deverá ser fixada em cada setor da unidade, após aprovação da Contratante;

3.3 Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, para aprovação da Contratante, um modelo de ordem de serviço, contendo no mínimo as seguintes informações:

I. Dados das áreas visitadas (endereço completo, etc);

II. Pragas encontradas;

III. Produtos usados com sua respectiva diluição e o método empregado;

IV. Campo de ação de melhoria;

V. Monitoramento das portas iscas;

VI. Diagnóstico da unidade visitada;

VII. Recomendações pós tratamento;

VIII. Nome do responsável técnico como número do seu registro no conselho profissional correspondente;

IX. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica para aprovação da Contratante.

3.4 Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, relação de funcionários responsáveis pela aplicação dos produtos químicos no programa de controle de pragas;

3.5 Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos técnicos aplicadores, contendo informações como: nível de colinesterase e protombina;

3.6 Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

- 3.7** Elaborar o POP (Procedimento Operacional Padrão), contendo os procedimentos do serviço, bem como a apresentação de produtos a serem utilizados, a elaboração das planilhas e controles para monitoramento das atividades. O POP deverá ser entregue à Gerência de Prevenção de Perdas e Qualidade (GEPREV)/EBAL 30 (trinta) dias após assinatura do contrato;
- 3.8** Enviar, a cada visita, um técnico previamente treinado para verificar os instrumentos de monitoramento e aplicar os produtos. O técnico deverá apresentar cartão de identificação profissional da empresa;
- 3.9** Colocar adesivos em todos os dispositivos (portas-isca e placa adesiva) onde serão registrados os dados de todas as visitas;
- 3.10** Verificar as planilhas de ocorrência de pragas preenchidas pelos funcionários dos setores, as quais deverão ser vistas antes de cada aplicação;
- 3.11** Preencher, a cada visita, ordem de serviço previamente aprovada pela Contratante, deixando uma via na unidade;
- 3.12** Apresentar os produtos a serem utilizados em embalagem original, devidamente identificados e prepará-los no momento do uso, acompanhados por um preposto da unidade;
- 3.13** Disponibilizar fardamento e EPI's adequados para os funcionários, os quais deverão estar devidamente paramentados, portando máscara para gases orgânicos, bota, luva descartável e avental, durante aplicação;
- 3.14** Fixar em cada unidade onde for executado o serviço, a cada aplicação, um certificado comprovando a execução do mesmo, no qual deve constar claramente a data de execução e a validade do serviço;
- 3.15** Disponibilizar contato telefônico para atender aos chamados da Contratante, orientando quanto a dúvidas relacionadas à prestação do serviço;
- 3.16** Apresentar relatório gerencial mensal, até o dia 10 de cada mês, descritivo e estatístico para cada unidade, e outro compilado para o responsável pela gestão da qualidade da EBAL, contendo:
- a) Tabela de ocorrência de pragas urbanas;
 - b) Gráfico do quantitativo de insetos e roedores capturados em iscas de cola associando com o número da placa de cola;
 - c) Descrição das atividades executadas ao longo do mês, contendo gráfico com volume de pesticidas utilizados;
 - d) Relato dos principais problemas e ocorrências relacionados na ordem de serviço;
 - e) Indicação de melhorias e ações que a EBAL necessita fazer.
- 3.17** Realizar 02 (dois) treinamentos em cada Central de Distribuição, sendo que cada treinamento deverá ter carga horária mínima de 02 (duas) horas, com datas a serem acordadas entre as partes;
- 3.17.1** O ministrante do treinamento deve ser profissional capacitado para esclarecimento sobre o Controle Integrado de Pragas, como também transmitir conhecimentos elementares sobre pesticidas, pragas urbanas e como participar do programa, estimulando o preenchimento das planilhas de ocorrência de pragas, orientando quanto ao preparo da área antes da aplicação dos produtos e acompanhamento do técnico da empresa prestadora do serviço;
- 3.18** Apresentar certificado de devolução de embalagens de produtos químicos vazias do órgão competente ou distribuidor à GEPREV no mínimo até o 10º (décimo) útil dia do mês subsequente;
- 3.19** Quando for identificada a resistência das pragas pelo produto pré-estabelecido, a CONTRATADA poderá, baseado no relatório gerencial, substituí-lo por outro produto, devendo, entretanto, comunicar por escrito para a Contratante, antes da substituição, informando no mínimo o motivo da escolha do novo produto em relação à eficiência do tratamento. Ficando a Contratante responsável pela validação dessa substituição;
- 3.20** Garantia de refazimento dos serviços no caso de ineficiência comprovada.
- 3.21.** Os serviços prestados de controle de pragas pela CONTRATADA devem atender aos requisitos da Resolução RDC nº 52 de 26 de outubro de 2009 do Ministério da Saúde, a qual estabelece o regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

3.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA CONTRATANTE:

- 3.2.1** Validar o relatório de diagnóstico;
- 3.2.2** Aprovar o cronograma de execução do serviço;
- 3.2.3** Aprovar a Planilha de Ocorrência de Pragas;
- 3.2.4** Aprovar Ordem de serviço de controle integrado de pragas;
- 3.2.5** Validar a substituição de produto químico em caso de resistência de praga;
- 3.2.6** Realizar visita técnica às instalações da CONTRATADA;
- 3.2.7** Fiscalizar, controlar e acompanhar a execução dos serviços;
- 3.2.8** Destacar pessoal para acompanhamento dos serviços dentro do estabelecimento;
- 3.2.9** Liberar a área antes da execução dos serviços, retirando pessoas do ambiente, protegendo os produtos e abrindo armários, permitindo acesso às paredes internas dos armários;
- 3.2.10** Providenciar a adequação do ambiente, orientando sobre a utilização de lixeiras e a colocação de telas em janelas e portas e evitando a guarda dos alimentos em gavetas e locais inadequados;
- 3.2.11** Atender as orientações da Contratada quanto às medidas preventivas.

SEÇÃO III
MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

1. Modelo de descrição da proposta de preços

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

SETORES	UNIDADE	QDE	TOTAL (m²)	Periodicidade	Quantidade de visitas por ano	Valor (R\$/m²)	Valor total (R\$)
Administrativo	Sede, Anexo I e II	3	3.769,10	Trimestral	4		
	Manutenção de São Caetano (GEREM)	1	183,29				
Total - Administração		4	3.952,39				
Lojas Críticas	Loja Ogunjá	3	1.539,28	Mensal	12		
	Loja Caminho de Areia		1.258,60				
	Loja São Caetano		784,04				
Total - Lojas Críticas		3	3.581,92				
Centrais	C. Dist. BARROS REIS	3	2.551,08	Mensal	12		
	C. Dist. S. BONFIM I		1.482,57				
	C. Dist. BUERAREMA		5.574,74				
Total - Centrais		3	9.608,39				
Lojas	Região de Salvador e Região Metropolitana,	37	18.739,34	Bimestral	6		
	Região de Senhor do Bonfim	20	7.473,24				
	Região de Buerarema	23	9.656,81				
Total - Lojas		80	35.869,39				
TOTAL GERAL		90	53.012,09				

EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, A LICITANTE DEVERÁ DISCRIMINAR:

- 1- VALORES UNITÁRIOS, MENSAL, BIMESTRAL, TRIMESTRAL E ANUAL POR EXTENSO:
- 2- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA
- 3- PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:
- 4- PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME O CASO:
- 5- MARCA DOS PRODUTOS:
- 6- GARANTIA DOS SERVIÇOS:
- 7- PERCENTUAL DE ISS INCLUSO NA PROPOSTA:

DECLARO QUE ACEITO INTEGRALMENTE TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Salvador ____ de _____ de 2017.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

PARTE II – HABILITAÇÃO

SEÇÃO I DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

1.1 Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

(X) **Para pessoas jurídicas:**

- a) de registro público, no caso de empresário individual.
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

(X) **Para pessoas jurídicas:**

1.2.1. Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte (X) Municipal - serviços, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS.
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

1.2.1.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **Declaração Quanto à Regularidade Fiscal**, conforme modelo constante da **PARTE VI** deste instrumento.

1.2.2 Regularidade trabalhista, mediante a apresentação de:

- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.3 Qualificação Técnica, comprovada através de:

- (X) a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de 01 (um) ou mais atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para as quais tenha prestado serviços de Controle Integrado de Pragas (CIP), preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento.
 - a.1) Deverá vir explícito nos atestados a boa qualidade dos serviços prestados, bem como estar claramente assinalado o cargo/função daquele que o assinar.
 - a.2) O atestado deverá estar registrado junto ao respectivo Conselho Regional do profissional técnico habilitado para o exercício das funções relativas às atividades elencadas nesta licitação, dentro do prazo de validade.
 - a.3) Quaisquer dos seguintes profissionais são habilitados a executar os serviços, objeto desta Licitação: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico veterinário e químico.
- (X) b) Comprovação de registro ou inscrição na respectiva entidade responsável pela fiscalização dos serviços objeto da licitação – CRQ (Conselho Regional de Química), ou CRBIO, ou CREA, ou CRF, ou CRMV, dentro do prazo de validade.
- (X) c) Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade.
- (X) d) Alvará Sanitário expedido pela Autoridade Sanitária competente do Estado da Bahia, dentro do prazo de validade.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

- (X) e) Licença Ambiental concedida pelo órgão ambiental competente da esfera federal, estadual ou municipal, com prazo de validade atualizado.
- (X) f) indicação das instalações, do aparelhamento e do responsável técnico pela empresa, bem como do responsável pela execução dos serviços, se distintos, com a respectiva qualificação, acompanhada da Certidão de Registro ou Inscrição na respectiva entidade profissional responsável pela fiscalização dos serviços objeto da licitação – CRQ (Conselho Regional de Química), ou CRBIO, ou CREA, ou CRQ, ou CRF, ou CRMV, dentro do prazo de validade, preferencialmente de acordo com um dos modelos constantes da **PARTE II** deste instrumento.
f.1) O responsável técnico deverá declarar formalmente a sua anuência como responsável técnico da empresa proponente, para cumprimento do objeto desta licitação.
- (X) g) Declaração emitida pela empresa proponente, de capacitação dos técnicos de aplicação que atuarão na execução dos serviços ora licitados.
- (X) h) Ficha técnica de todos os produtos a serem aplicados;
- (X) i) Registro no Ministério da Agricultura, quando for o caso;
- (X) j) Registro no Ministério da Saúde dos produtos a serem aplicados;
- (X) k) Comprovante de capacitação do(s) técnico(s) responsável(is) pela aplicação dos produtos, juntamente com o programa de treinamento da empresa e apresentação dos materiais fornecidos durante o referido programa
- (X) l) Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) dos produtos a serem aplicados.
- (X) m) Apresentar o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) da empresa com atualização do ano vigente.
- (X) n) declaração de conhecimento dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento

1.4 Qualificação econômico-financeira:

(X) a ser comprovada mediante:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial e Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.
- b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no **PREÂMBULO**, caso o documento não consigne prazo de validade.
- c) demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo de 10% do valor a ser contratado, o qual será obtido com base na proposta final apresentada pela própria licitante, admitindo-se a sua atualização com base no INPC do IBGE.

1.5 Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante da **PARTE VI** deste instrumento.

2. Regras acerca da participação de matriz e filial

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
 - b) Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
 - c) A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
 - d) Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.
- 3.** A licitante deverá incluir no envelope de habilitação os documentos acima relacionados, sob pena de inabilitação.
- 4.** A apresentação, pelas licitantes, dentro do envelope de habilitação, do Certificado de Registro Cadastral-CRC ou do Certificado de Registro Simplificado-CRS possibilitará a substituição dos documentos de habilitação, na forma indicada neste instrumento.

SEÇÃO II
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC/CRS

1. Pressupostos para participação (inscrição facultativa ou obrigatória no Registro Cadastral/SAEB):

(☒) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual. **[Pregão eletrônico]**

2. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:

(☒) A licitação se processa **com** a utilização do **SIMPAS**:

2.1 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema de registro, **exceto os concernentes à Qualificação Técnica**.

2.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pelo órgão licitante.

2.3 Caso conste no sistema de registro algum documento vencido, a licitante deverá ter apresentado a versão atualizada do referido documento no envelope de habilitação.

SEÇÃO III
MODELOS DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações
contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	Quantitativo	Prazo de execução

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

(☒) **DECLARAÇÃO FIRMADA PELA PRÓPRIA LICITANTE**

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

SEÇÃO I AMOSTRAS/DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

(**X**) Não se exigirá a apresentação de **demonstração de compatibilidade**

SEÇÃO II PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

(**X**) Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

SEÇÃO III PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO

(**X**) Não poderão participar cooperativas de trabalho nesta licitação.

PARTE IV - CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS (CIP) NAS UNIDADES DA EBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S.A - EBAL E

A **EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S.A-EBAL**, com sede na Avenida Graça Lessa no. 888, Vale do Ogunjá, Brotas, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o no. **14.842.447/0001-12**, representada, neste ato por seu Diretor - Presidente, Dr. **MARCO AURELIO FELIX COHIM SILVA**, e por seu Diretor Administrativo, Dr. **ATAÍDE LIMA DE OLIVEIRA**, inscritos no CPF sob os nºs 262.455.235-91 e 078.046.285-87, respectivamente, doravante denominada **CONTRATANTE** e a _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, representada neste ato, por seu _____, inscrito no CPF sob o no. _____, adjudicatária do Pregão Eletrônico nº _____, processo administrativo nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS (CIP) NAS UNIDADES DA EBAL**, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, bem como pela legislação específica, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados para o Controle Integrado de Pragas (CIP), para atender às Unidades da EBAL da **CONTRATANTE**, de acordo com as especificações do Termo de Referência do instrumento convocatório e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente, e condições descritas neste Contrato.

ITEM	OBJETO
01	CONTROLE INTEGRADO DE VETORES E PRAGAS urbanas nas Unidades, através de monitoramento e aplicação de produtos químicos. Pragas a serem controladas: baratas, roedores, moscas, mosquitos, formigas, carunchos e demais insetos rasteiros, nos setores: - Instalações Administrativas compostas por sede e 02 anexos; - Instalações Administrativas Manutenção de São Caetano (GEREM); - 03 Centrais de Distribuição localizadas em Salvador, Senhor do Bonfim e Buerarema; - 55 locas da Cesta do Povo distribuídas por todo interior do estado; - 28 lojas da Cesta do Povo localizadas na Capital e Região Metropolitana.

1.2. Local de execução dos serviços: Os serviços, objeto desta licitação, serão executados nas Unidades da EBAL, fora do expediente, com exceção da desratização que poderá ser em horário comercial, desde que a **CONTRATADA**, nas lojas da Cesta do Povo, retire os portas-iscas da área de vendas para verificação e reposição das iscas na área do depósito, recolocando os porta iscas, conforme croqui da unidade. Os dias e horários das visitas às unidades, incluindo finais de semana e à noite, deverão ser acordados pelas partes.

1.2.1 Os endereços das unidades onde os serviços serão executados estão dispostos na relação constante da **PARTE VII DO EDITAL – RELAÇÃO DAS UNIDADES DA EBAL**.

1.2.2. As Unidades estarão abertas para visitação pelas empresas interessadas.

1.3. Produtos Utilizados e Periodicidade

PRAGAS	PRINCÍPIO ATIVO	PERIODICIDADE		
		ADMINISTRATIVO	CENTRAIS, LOJAS: OGUNJÁ, SÃO CAETANO, CAMINHO DE AREIA	LOJAS
Barata (<i>Periplaneta americana</i>)	Deltametrina – pó seco	Trimestral	Mensal	Bimestral
	Alfacerpermetrina			

Barata (Blatella germânica)	Sulfluramida em gel	Trimestral	Mensal	Bimestral
	Alfacipermetrina			
Carunchos (<i>Curculionoidea</i>)	Cipermetrina	-	-	Bimestral
Formiga caseira (<i>Formicidae</i>)	Sulfluramida em gel	Trimestral	Mensal	Bimestral
	Alfacipermetrina			
Formigas de jardim (<i>Formicidae</i>)	Deltrametrina – pó seco	Trimestral	Mensal	Bimestral
Moscas / mosquitos (<i>Diptera</i>)	Cipermetrina PM	Trimestral	Mensal	Bimestral
Roedores (<i>Rodentia</i>)	Placa adesiva	-	Mensal	Bimestral
	Brodifacoum – isca parafinada	Trimestral	Mensal	Bimestral

1.4. Especificações dos produtos:

1.4.1. Alfacipermetrina: Inseticida em suspensão concentrada. Grupo químico – Piretróides.

1.4.2. Brodifacoum: Rodenticida anticoagulante, em forma de iscas parafinadas, contendo BITREX. Resistente à temperatura. Peso – 20g. Fixados na área interna de porta iscas tipo box em PVC, providos de chave e lacre. Grupo Químico – Derivado de Hidroxicumarina.

1.4.3. Cipermetrina PM: Inseticida na forma de pó molhável. Grupo químico – Piretróides.

1.4.4. Deltametrina: Inseticida em formulação pó seco. Grupo químico – Piretróides.

1.4.5. Isca de cola: Placas adesivas medindo 24x12cm e espessura de 1 cm, dispostas em porta iscas tipo box em PVC.

1.4.6. Sulfluramida: Inseticida em forma de gel. Grupo químico – Sulfonamida Fluoralifática.

OBSERVAÇÃO: A concentração dos produtos deve seguir a orientação do fabricante.

1.5. Locais de aplicação dos produtos:

1.5.1. Polvilhamento: caixas de esgoto, ralos.

1.5.2. Pulverização: batentes de porta, rejuntas de pisos e azulejos, cantoneiras e batentes de alumínio, esquadrias de janelas, rodapé, área de passagem, pátio de carga e descarga de mercadoria, prateleiras e gôndolas.

1.5.3. Gel: equipamentos, mesas, bancadas, prateleiras, gôndolas e parte elétrica.

1.5.4. Placa adesiva: área interna, devendo estar a uma distância mínima de 20m entre um e outro, fazendo um anel de proteção.

1.5.5. Iscas parafinadas: área externa, área circunvizinha ao prédio da unidade. Os porta-iscas devem estar a uma distância mínima de 20m entre um e outro, fazendo um anel de proteção.

1.6. Prazo de execução: O prazo de execução dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de acordo com o prazo previsto em lei.

§1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§4º Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

2.1 O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de 12 (doze) meses, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

§2º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

3.1 A garantia contratual será de **5%** do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º** Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para as demais modalidades, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização do pagamento.
- §2º** A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.
- §3º** A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.
- §4º** No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.
- §5º** A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.
- §6º** Será recusada a garantia que não atender às especificações, sendo facultado à CONTRATADA apresentar caução em dinheiro, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação da recusa.
- §7º** A não substituição da garantia recusada constitui motivo para rescisão do contrato, nos termos do art. 167, III, da Lei estadual nº 9.433/05.
- §8º** Em caso de prorrogação contratual, a garantia terá seu valor atualizado com base na variação do INPC/IBGE, ou outro que venha substituí-lo.
- §9º** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do contrato e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- §10º** Para devolução da garantia após o término do contrato, a CONTRATADA não poderá estar inadimplente com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 O regime de execução do presente Contrato será o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, os valores abaixo especificados, nos termos da proposta apresentada:

SETORES	UNIDADE	QDE	TOTAL (m²)	Periodicidade	Quantidade de visitas por ano	Valor (R\$/m²)	Valor total (R\$)
Administrativo	Sede, Anexo I e II	3	3.769,10	Trimestral	4		
	Manutenção de São Caetano (GEREM)	1	183,29				
Total - Administração		4	3.952,39				
Lojas Críticas	Loja Ogunjá	3	1.539,28	Mensal	12		
	Loja Caminho de Areia		1.258,60				
	Loja São Caetano		784,04				
Total - Lojas Críticas		3	3.581,92				
Centrais	C. Dist. BARROS REIS	3	2.551,08	Mensal	12		
	C. Dist. S. BONFIM I		1.482,57				
	C. Dist. BUERAREMA		5.574,74				
Total - Centrais		3	9.608,39				
Lojas	Região de Salvador e Região Metropolitana,	37	18.739,34	Bimestral	6		
	Região de Senhor do Bonfim	20	7.473,24				
	Região de Buerarema	23	9.656,81				
Total - Lojas		80	35.869,39				
TOTAL GERAL		90	53.012,09				

- §1º** Estima-se para o contrato o valor global de R\$
- §2º** Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.
- §3º** Para efeito de acréscimos ou supressões será considerado o valor do metro quadrado de cada unidade, a qual está separada por setor e localização.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos próprios da CONTRATADA

Centro de Custo:	Conta Contábil	Código
Nº 2.100; 5.000; 6.000	Conservação, limpeza e coletas (serviços)	8055

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA, além das determinações contidas no Termo de Referência do instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência;
- II. executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e do presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- III. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- IV. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- V. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- VI. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- VII. respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- VIII. reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;
- IX. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- X. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- XI. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- XII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- XIII. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- XIV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação;
- XV. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XVI. executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA deverá atender às seguintes obrigações específicas:

- a) Apresentar cronograma de prestação de serviço 72 horas após a assinatura do contrato, contemplando toda a vigência do mesmo, para validação da Contratante, de acordo com a cronologia dos certificados de garantia vigentes de cada unidade disponibilizados pela GERAD/SESEG.
- a.1) Realizar a primeira visita, após a assinatura do contrato, em até 30 dias nas unidades com periodicidade mensal e em até 60 dias nas unidades com periodicidade bimestral e trimestral;
- a.2) Na primeira visita, a cada unidade, a Contratada obriga-se a:**
- I. Realizar uma inspeção inicial para análise da situação, visando elaborar e apresentar um diagnóstico. Nesta inspeção deverá ser mapeado e identificado o local, bem como suas causas e consequências atuais e futuras (barreiras físicas, entorno, adequação do ambiente, entre outros). Com base neste diagnóstico deverá ser apresentado a Contratante um relatório de diagnóstico com a estratégia de tratamento de cada unidade (barreiras físicas, entorno, adequação do ambiente, entre outros). Com base neste diagnóstico deverá ser apresentado a Contratante um relatório de diagnóstico com a estratégia de tratamento de cada unidade;
 - II. Elaborar mapa de criticidade (croqui de cada unidade), no qual devem estar identificados todos os tipos de armadilhas, como: porta iscas raticidas e/ou placas adesivas para roedores, com respectivos números e localização, após validação do relatório de diagnóstico pela Contratante;
 - III. Disponibilizar para cada unidade planilha de ocorrência de pragas;
 - IV. Disponibilizar para cada unidade, fotocópia do Alvará Sanitário expedido pela Autoridade Sanitária competente do Estado da Bahia, dentro do prazo de validade.
- b) Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, uma planilha de ocorrência de pragas, a qual deverá ser fixada em cada setor da unidade, após aprovação da Contratante;
- c) Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, para aprovação da Contratante, um modelo de ordem de serviço, contendo no mínimo as seguintes informações:
- I. Dados das áreas visitadas (endereço completo, etc);
 - II. Pragas encontradas;
 - III. Produtos usados com sua respectiva diluição e o método empregado;
 - IV. Campo de ação de melhoria;
 - V. Monitoramento das portas iscas;
 - VI. Diagnóstico da unidade visitada;
 - VII. Recomendações pós tratamento;
 - VIII. Nome do responsável técnico como número do seu registro no conselho profissional correspondente;
 - IX. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica para aprovação da Contratante.
- d) Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, relação de funcionários responsáveis pela aplicação dos produtos químicos no programa de controle de pragas;
- e) Apresentar, 72 h após a assinatura do contrato, o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos técnicos aplicadores, contendo informações como: nível de colinesterase e protombina;
- f) Apresentar, 72 horas após a assinatura do contrato, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
- g) Elaborar o POP (Procedimento Operacional Padrão), contendo os procedimentos do serviço, bem como a apresentação de produtos a serem utilizados, a elaboração das planilhas e controles para monitoramento das atividades. O POP deverá ser entregue à Gerência de Prevenção de Perdas e Qualidade (GEPREV)/EBAL 30 (trinta) dias após assinatura do contrato;
- h) Enviar, a cada visita, um técnico previamente treinado para verificar os instrumentos de monitoramento e aplicar os produtos. O técnico deverá apresentar cartão de identificação profissional da empresa;
- i) Colocar adesivos em todos os dispositivos (portas-isca e placa adesiva) onde serão registrados os dados de todas as visitas;
- j) Verificar as planilhas de ocorrência de pragas preenchidas pelos funcionários dos setores, as quais deverão ser vistas antes de cada aplicação;
- k) Preencher, a cada visita, ordem de serviço previamente aprovada pela Contratante, deixando uma via na unidade;
- l) Apresentar os produtos a serem utilizados em embalagem original, devidamente identificados e prepará-los no momento do uso, acompanhados por um preposto da unidade;
- m) Disponibilizar fardamento e EPI's adequados para os funcionários, os quais deverão estar devidamente paramentados, portando máscara para gases orgânicos, bota, luva descartável e avental, durante aplicação;
- n) Fixar em cada unidade onde for executado o serviço, a cada aplicação, um certificado comprovando a execução do mesmo, no qual deve constar claramente a data de execução e a validade do serviço;
- o) Disponibilizar contato telefônico para atender aos chamados da Contratante, orientando quanto a dúvidas relacionadas à prestação do serviço;

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

- p) Apresentar relatório gerencial mensal, até o dia 10 de cada mês, descritivo e estatístico para cada unidade, e outro compilado para o responsável pela gestão da qualidade da EBAL, contendo:
- a) Tabela de ocorrência de pragas urbanas;
 - b) Gráfico do quantitativo de insetos e roedores capturados em iscas de cola associando com o número da placa de cola;
 - c) Descrição das atividades executadas ao longo do mês, contendo gráfico com volume de pesticidas utilizados;
 - d) Relato dos principais problemas e ocorrências relacionados na ordem de serviço;
 - e) Indicação de melhorias e ações que a EBAL necessita fazer.
- q) Realizar 02 (dois) treinamentos em cada Central de Distribuição, sendo que cada treinamento deverá ter carga horária mínima de 02 (duas) horas, com datas a serem acordadas entre as partes;
- q.1) O ministrante do treinamento deve ser profissional capacitado para esclarecimento sobre o Controle Integrado de Pragas, como também transmitir conhecimentos elementares sobre pesticidas, pragas urbanas e como participar do programa, estimulando o preenchimento das planilhas de ocorrência de pragas, orientando quanto ao preparo da área antes da aplicação dos produtos e acompanhamento do técnico da empresa prestadora do serviço;
- r) Apresentar certificado de devolução de embalagens de produtos químicos vazias do órgão competente ou distribuidor à GEPREV no mínimo até o 10º (décimo) útil dia do mês subsequente;
- s) Quando for identificada a resistência das pragas pelo produto pré-estabelecido, a CONTRATADA poderá, baseado no relatório gerencial, substituí-lo por outro produto, devendo, entretanto, comunicar por escrito para a Contratante, antes da substituição, informando no mínimo o motivo da escolha do novo produto em relação à eficiência do tratamento. Ficando a Contratante responsável pela validação dessa substituição;
- t) Garantia de refazimento dos serviços no caso de ineficiência comprovada.
- u) Os serviços prestados de controle de pragas pela CONTRATADA devem atender aos requisitos da Resolução RDC nº 52 de 26 de outubro de 2009 do Ministério da Saúde, a qual estabelece o regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- III. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.
- IV. Validar o relatório de diagnóstico;
- V. Aprovar o cronograma de execução do serviço;
- VI. Aprovar a Planilha de Ocorrência de Pragas;
- VII. Aprovar Ordem de serviço de controle integrado de pragas;
- VIII. Validar a substituição de produto químico em caso de resistência de praga;
- IX. Realizar visita técnica às instalações da CONTRATADA;
- X. Fiscalizar, controlar e acompanhar a execução dos serviços;
- XI. Destacar pessoal para acompanhamento dos serviços dentro do estabelecimento;
- XII. Liberar a área antes da execução dos serviços, retirando pessoas do ambiente, protegendo os produtos e abrindo armários, permitindo acesso às paredes internas dos armários;
- XIII. Providenciar a adequação do ambiente, orientando sobre a utilização de lixeiras e a colocação de telas em janelas e portas e evitando a guarda dos alimentos em gavetas e locais inadequados;
- XIV. Atender as orientações da Contratada quanto às medidas preventivas.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato ficarão a cargo da Gerência Administrativa/Coordenação de Serviços Administrativos, unidades subordinada à Diretoria Administrativa da **CONTRATANTE**, através das servidoras Renata Portela dos Santos (matrícula 50016368-3) e Rose Meire Brito Falcão (matrícula 50001586-4), Gerente Administrativa e Coordenadora de Serviços Administrativos, respectivamente, sem excluir ou reduzir a responsabilidade da **CONTRATADA**, na forma das disposições insculpidas na seção VII do Capítulo IX da Lei 9.433/05 de 01/03/05.

9.2 A fiscalização da realização dos serviços prestados pela CONTRATADA é de responsabilidade da Gerência Administrativa/Coordenação de Serviços Gerais (GERAD/SESEG), unidades subordinadas à Diretoria Administrativa da EBAL através das servidoras Renata Portela dos Santos (matrícula 50016368-3) e Rosemeire Brito Falcão (matrícula 50001586-4), Gerente Administrativa e Coordenadora de Serviços Administrativos, respectivamente, conforme descrito na tabela abaixo:

UNIDADES	FISCALIZAÇÃO
LOJAS E CENTRAIS DE DISTRIBUIÇÃO	GERAD/COORD. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
PRÉDIO ANEXO I E II	GERAD/COORD. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
PRÉDIO SEDE	GERAD/COORD. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
MANUTENÇÃO DE SÃO CAETANO	GERAD/COORD. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

9.3 A fiscalização técnica do serviço prestado pela CONTRATADA é de responsabilidade da Gerência de Prevenção de Perdas e Qualidade – GEQUALI, através da servidora Mary Daiane Fontes Santos; Matrícula: 50017597-3.

9.4 Compete especificamente à FISCALIZAÇÃO acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato em todas as suas fases até o recebimento do objeto, competindo-lhe primordialmente, sob pena de responsabilidade:

- Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- Transmitir por escrito, as instruções sobre as modificações, pertinentes à execução do contrato, que porventura venham a ser feitas, bem como alterações dos locais de execução e quantitativos;
- Dar à **CONTRATANTE** imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a **CONTRATADA** ou mesmo a rescisão do contrato;
- Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução;
- Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- Transmitir à **CONTRATADA** instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do serviço, quando for o caso;
- Promover com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento dos pagamentos;
- Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente da **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;
- Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

9.5 A execução do contrato deverá ser desenvolvida sempre em regime de estreito entendimento entre a **CONTRATADA** e a equipe de Fiscalização da **CONTRATANTE**.

9.6 A **CONTRATANTE** através de sua fiscalização rejeitará no todo ou em parte o objeto contratual executado em desacordo com o previsto no Edital e Contrato.

9.7 Competirá à **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá com a efetiva prestação do serviço ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela **CONTRATADA**, caberá ao **CONTRATANTE** proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, por comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, para esse fim especialmente designada, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:

- provisoriamente, mediante termo circunstanciado, firmado pelas partes, para efeito de posterior verificação, de conformidade com as especificações dos serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da comunicação escrita da **CONTRATADA**, com duração máxima de 90 (noventa) dias.
- definitivamente, em razão de parecer circunstanciado da comissão, mediante termo assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais, obedecido o disposto no artigo 157 da Lei 9.433/05.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

- §1º No curso do prazo do recebimento dos serviços, responderá a CONTRATADA pelas imperfeições do objeto contratual, pelos danos relativos a terceiros, sendo ainda obrigada, às suas custas, a refazer os serviços que estiverem fora das especificações apontadas pela comissão.
- §2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, consoante o art. 165 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.
- §4º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.
- §5º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com as condições pactuadas.
- §6º Ficam indicadas como fiscais do Contrato: Servidoras: Renata Portela dos Santos, Rose Meire Brito Falcão e Mary Daiane Fontes Santos; Matrículas: 50016368-3, 50001586-4 e 50017597-3.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, “a”; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.
- §2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- §3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.
- §4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação e, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, o processo de pagamento deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação estabelecidas na licitação, considerando-se como marco final a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo, cuja demonstração poderá ser aferida mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais.
- §5º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- §6º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.
- §7º A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

12.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

- §1º Após o prazo de 12 meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- §3º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.
- §4º A revisão de preços pode ser instaurada pelo CONTRATANTE quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme o art. 143, inc. II, alínea “e”, da Lei estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

- §1º** A admissão da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o CONTRATANTE, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.
- §2º** Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:
- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
 - II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
 - III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.
- §3º** Somente será admitida a substituição do responsável técnico, no curso da execução do contrato, por outro profissional de experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada, e desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º** A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

15.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- §1º** Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.
- §2º** Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º** Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §4º** A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.
- §5º** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÃO DE MULTA

16.1 A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º** Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:
- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
 - II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
 - III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.
- §2º** Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- §3º** Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.
- §4º** Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- §5º** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- §6º** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- §7º** Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- §8º** Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

17.1 Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

Testemunha (nome/CPF)

CONTRATADA

Testemunha (nome/CPF)

PARTE V – DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS

1. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

TÍTULO II DOS IMPEDIMENTOS

2. Não será admitida a participação de interessados que estejam suspensos do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública ou declarados inidôneos, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei estadual nº 9.433/05.

3. Em consonância com o art. 200 da Lei estadual nº 9.433/05, fica impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa natural física ou jurídica; b) a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado; c) servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; d) demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 da Lei estadual nº 9.433/05, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

4.1 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere a alínea b deste item na licitação ou na execução da obra ou serviço como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

4.2 O disposto neste item não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo

4.3 Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste item, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e a licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

4.4 Aplica-se o disposto no item anterior aos membros da comissão de licitação, ao pregoeiro e equipe de apoio.

5. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei estadual nº 9.433/05.

6. É proibido ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei estadual nº 6.677/94.

TÍTULO III DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Capítulo I QUANTO À FORMA

Seção I Aplicável a todas as modalidades

7. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.

8. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

Seção II NÃO SE APLICA

Seção III NÃO SE APLICA

Seção IV
Do pregão eletrônico

13. Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento pelos licitantes no sistema do Banco do Brasil, através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

14. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da identificação da licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço eletrônica até a data e horário previstos no instrumento convocatório, exclusivamente por meio do sistema disponibilizado.

Capítulo II
QUANTO AO CONTEÚDO

15. A proponente deverá elaborar a sua proposta de preços em moeda nacional (reais e centavos), observando as disposições do Termo de Referência, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

16. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

17. A proposta apresentada deverá incluir as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da licitação.

18. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

19. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

20. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

21. A formulação da proposta implica para a proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-a responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

22. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos relacionados no instrumento convocatório.

23. As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

24. Nas licitações do tipo técnica e preço, a proponente deverá apresentar proposta técnica observando as disposições relativas ao modelo de descrição da proposta técnica e aos critérios para avaliação das propostas técnicas.

TÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

Capítulo I
NÃO SE APLICA

Capítulo II
NÃO SE APLICA

Capítulo III
NÃO SE APLICA

Capítulo IV
NÃO SE APLICA

Capítulo V
DO PREGÃO ELETRÔNICO

Seção I
Da fase inicial

146. Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento pelas licitantes no sistema do Banco do Brasil, através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

147. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo a licitante responsável por todos os atos praticados.

148. O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

149. As licitantes interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/06 deverão estar previamente cadastradas no sistema do Banco do Brasil como microempresas ou empresas de pequeno porte.

150. A licitante é responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

151. A proposta de preço eletrônica deverá ser enviada até a data e horário previstos no instrumento convocatório, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante a opção "acesso identificado", através da digitação da senha de identificação da licitante.

151.1 A licitante deverá clicar na opção "oferecer proposta" e preencher o formulário eletrônico apresentado na tela com os dados pertinentes à sua proposta de preços, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.

151.2. No caso de aquisições, o campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS" deverá ser preenchido com as exigências relacionadas no item respectivo da Seção I – Especificações para Elaboração da Proposta de Preços, da PARTE I - Propostas.

152. Logo após o envio da proposta de preço, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital.

Seção II

Da divulgação das propostas de preços

153. A partir do horário previsto no edital para início da sessão pública do pregão eletrônico, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.

154. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

155. Sempre que houver interrupção da sessão, as licitantes deverão ser notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.

156. Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas que não contenham informação que permita a identificação do objeto proposto.

Seção III

Dos lances eletrônicos

157. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

157.1 É vedada a utilização de sistema robotizado que implique envio automático de lances.

157.2 Se, ao final da disputa, o pregoeiro identificar que alguma licitante, ao apresentar seus lances, o fez, entre outras formas, de maneira sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, indicando a utilização de software lançador "robô", será ela desclassificada, com a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

158. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas no edital.

159. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.

159.1 Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

160. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

161. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

162. Alternativamente ao disposto no item anterior, e com justificativa do pregoeiro registrada em ata, o encerramento antecipado da sessão pública poderá ocorrer por sua decisão, quando transcorrido o tempo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do previsto inicialmente no edital para a sessão de lances, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

162.1 No caso da adoção do rito previsto neste item, encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

Seção IV **Da classificação das propostas**

163. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta válida.

163.1 Será desclassificada a proposta quando consignar preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

163.2 Será desclassificada a proposta quando consignar valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemple preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.

164. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do instrumento convocatório e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

165. O pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a proposta que, em consonância com as especificações contidas no edital, tenha apresentado o menor preço.

166. Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

166.1 Entendem-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.

166.2 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, proposta de preço inferior àquela de menor valor exeqüível, sob pena de preclusão.

166.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital.

166.4 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

166.5 O disposto neste item somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

167. Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro critério.

167.1 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da ausência de disputa de lances, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.

168. Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

169. Reordenadas as propostas, se for o caso, e havendo necessidade de apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade, o pregoeiro procederá em conformidade com o disposto na Seção II do Capítulo VI.

Seção V **Da regularidade documental**

170. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, mediante a remessa da seguinte documentação: a) proposta escrita de preços, que deverá contemplar a planilha de custos, com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance; b) declaração de elaboração independente de proposta; c) declaração de enquadramento, quando for o caso (Lei nº 123/2006); d) declaração de pleno conhecimento; e) instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes; f) documentos de habilitação.

171. Os documentos deverão ser remetidos por fax no prazo de 03 (três) horas do encerramento da disputa.

171.1 Na impossibilidade de utilização do fax, a documentação poderá ser encaminhada para o *email* indicado no instrumento convocatório, observado o prazo acima.

171.2 O pregoeiro certificará no processo a data e hora do recebimento da documentação.

- 171.3 A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar os originais correspondentes ou cópia autenticada dos documentos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do encerramento do pregão, como condição indispensável para a contratação.
172. A sessão do pregão eletrônico deverá ser interrompida, a fim de se aguardar o cumprimento dos prazos assinalados, devendo as licitantes serem notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.
173. O pregoeiro conferirá e examinará os documentos, emitindo, de logo, caso o procedimento se processe mediante a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, o extrato do Certificado de Registro, verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.
174. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 deste diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e diferindo-se a comprovação da regularidade na forma do edital.
175. Se a oferta de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, observados os mesmos prazos definidos no convocatório, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectiva licitante declarada vencedora, facultado ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
176. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer, imediatamente, um novo prazo de até 30 (trinta) minutos para o recebimento de novas propostas.
177. Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

Seção VI Dos recursos

178. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, observadas as seguintes regras:
- 178.1 Deverá ser registrada a síntese das razões do recorrente em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.
- 178.2 Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer licitante, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente.
- 178.3 O pregoeiro receberá, examinará, instruirá e decidirá os recursos no prazo de até 03 (três) dias úteis e, quando não modificar a sua decisão, encaminhará os autos à autoridade superior para deliberação.
- 178.4 A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.
- 178.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

Seção VII Da adjudicação e homologação

179. O pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, caso não haja recursos, ou, em tendo havido, tenham sido por ele acolhidos, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
180. A autoridade superior, após a decisão dos recursos que lhe forem submetidos, constatando a regularidade dos atos procedimentais, adjudicará o objeto à licitante vencedora, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.
181. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

Seção VIII Das disposições finais do pregão eletrônico

182. O pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.
183. Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.
184. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

185. Após a homologação e adjudicação do objeto e na hipótese de ter sido exigida, no instrumento convocatório, como requisito de habilitação técnica, a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, e tendo o adjudicatário apresentado declaração formal de disponibilidade futura, deverá fazer prova, no prazo que lhe for assinalado, da efetiva existência destes, ficando esclarecido que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual nº 9.433/05.

186. Não restando comprovada a satisfação dos requisitos de habilitação diferidos, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

Seção I

Das impugnações

187. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 01 (um) dia útil.

188. A impugnação deverá ser feita em linguagem clara, utilizando-se, preferencialmente, o formulário constante do instrumento convocatório.

189. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

Seção II

Das amostras ou demonstração de compatibilidade

190. Havendo necessidade de apresentação de amostras ou de demonstração de compatibilidade, o pregoeiro comunicará a todas as licitantes a suspensão da sessão, franqueará ao detentor da melhor proposta a sua realização, no prazo e forma assinalados, ficando facultado aos demais licitantes o acompanhamento.

190.1 Se inexistente a aferição de qualquer amostra ou demonstração de compatibilidade, o pregoeiro procederá à convocação do detentor da proposta subsequente, na ordem de classificação até que obtenha resultado compatível.

191. A amostra ou a demonstração de compatibilidade será analisada com o objetivo de aferir a sua adequação com os requisitos e as especificações contidas no instrumento convocatório, bem como com as consignadas na proposta apresentada pela licitante, para o que poderá ser solicitada a avaliação e análise por parte de unidade técnica competente.

192. A não apresentação de amostra ou de demonstração de compatibilidade será reputada desistência do certame, com as consequências estabelecidas em lei.

193. A desconformidade ou incompatibilidade com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta.

194. A amostra deverá ser entregue contra-recibo, no prazo e endereço fixados pelo pregoeiro, devendo estar em embalagem lacrada, que contenha as informações que permitam identificar a licitante e o procedimento licitatório ao qual se refere.

194.1 Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, não cabendo ressarcimento do valor do objeto.

194.2 A amostra apresentada deverá possuir elementos e quantidades suficientes que permitam a identificação do objeto, bem como a constatação de suas propriedades e do seu rendimento, além do número do registro no órgão competente, quando exigido.

194.3 Entregue a amostra, não serão permitidas quaisquer modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do instrumento convocatório.

194.4 A amostra aprovada permanecerá em poder do órgão licitante para fins de confrontação quando do recebimento do material licitado, sendo liberada somente após a conclusão do contrato.

194.5 As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que as que não forem retiradas nesse prazo serão descartadas, sem direito a indenização.

194.6 Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

Seção III

Da regularização fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

195. Sagrando-se vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

195.1 A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas pelo ilícito tipificado no art. 184, VI da Lei estadual nº 9.433/05, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Seção IV **Das disposições finais do pregão**

196. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

197. O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

198. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

199. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

TÍTULO V **DOS CONTRATOS**

Capítulo I **DA FORMALIZAÇÃO**

200. A contratação com a licitante vencedora obedecerá as condições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei estadual nº 9.433/05.

200.1 Considerar-se-ão literalmente transcritas no instrumento equivalente todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante do convocatório

201. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo fixado no edital, na forma dos §§3º e 4º do art. 124 da Lei estadual nº 9.433/05, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei estadual nº 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

202. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação.

203. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

204. Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pela licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

205. Os atos de prorrogação, suspensão ou rescisão dos contratos administrativos sujeitar-se-ão às formalidades exigidas para a validade do contrato originário.

206. Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila: a) a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores; b) o reajustamento de preços previsto no edital e no contrato; c) as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes.

Capítulo II **DAS GARANTIAS**

207. As garantias contratuais, quando exigidas, deverão recair sobre uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, observadas as disposições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

Capítulo III DOS PRAZOS DE DURAÇÃO

208. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

209. A vigência contratual observará o prazo estabelecido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

Capítulo IV DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DAS REVISÕES DE PREÇO

210. O contrato poderá ser alterado, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas na Lei estadual nº 9.433/05, devendo ser observado, no que diz respeito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, os parâmetros definidos na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

Capítulo V DO REAJUSTAMENTO

211. O reajustamento dos preços contratuais observará os índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, conforme definido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

Capítulo VI DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

212. A execução, fiscalização e recebimento do objeto contratual obedecerá as disposições previstas na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pelas obrigações assumidas.

Capítulo VII DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS

213. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

213.1 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.

213.2 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

TÍTULO VI DAS PENALIDADES

214. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

215. Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.

Capítulo I DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

216. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.

Capítulo II DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

217. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

**Capítulo III
DA ADVERTÊNCIA VERBAL**

218. Será advertido verbalmente a licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo o responsável pela licitação determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

**Capítulo IV
DO DESCREDECIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL**

219. A licitante ou contratada será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.

**Capítulo V
DA MULTA**

220. A recusa à assinatura do contrato, pelo adjudicatário, no prazo fixado no instrumento convocatório, ensejará a aplicação da pena de multa de mora no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

221. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

**TÍTULO VII
DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

222. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei estadual nº 9.433/05.

**TÍTULO VIII
DO FORO**

223. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARTE VI – MODELOS PADRONIZADOS

I. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

[Identificação completa do representante da licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa da licitante]**, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

II. MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

ou

() nem menor de 16 anos.

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



III. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)

[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição
☐ **de microempresa** [ou] ☐ **de empresa de pequeno porte**
e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Salvador, de de 20 .

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

IV. MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)

[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento ao disposto no instrumento convocatório acima identificado, **declaramos**, para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06:

- () Não haver restrição **na comprovação da nossa regularidade fiscal.**
[OU]
() **Haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal**, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da declaração do vencedor.

Salvador _____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

V. MODELO DE PROCURACÃO

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº, como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador de 20 .

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

VI. MODELO DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO/RECURSO

Recebido em __/__/__

(assinatura, identificação do servidor
e matrícula)

I. Identificação completa: razão social, CNPJ, endereço e nome, RG e CPF do representante legal:

II. Órgão/entidade e setor licitante:

III. Modalidade/número de ordem:

IV. Proc. Administrativo nº:

V. Finalidade da licitação/objeto:

VI. Dispositivo(s) ou ato(s) questionado(s): (Transcrever)

VII. Razões da impugnação/recurso:

...

Salvador ____ de ____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

VII. MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

[EXCLUSIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL]

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento do art. 120, II e art. 121, VIII da Lei estadual nº 9.433/05, e em face do quanto disposto no art. 184, inc. V, e no art. 195 do mesmo diploma estadual, declaramos:

() o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.**

[ou]

**[exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte
beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]**

() o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação**, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal.

Salvador ____ de ____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

PARTE VII – RELAÇÃO DAS UNIDADES DA EBAL E ENDEREÇOS

I. RELAÇÃO DAS UNIDADES DA EBAL E RESPECTIVOS ENDEREÇOS

ADMINISTRATIVO

Nº	UNIDADE	ÁREA (m ²)	ENDEREÇO
1	PRÉDIO SEDE	1.384,19	Av. Graça Lessa, 888 - Vale do Ogunjá, Salvador-BA.
2	PRÉDIO ANEXO I	1.413,09	Av. Graça Lessa, 888 - Vale do Ogunjá, Salvador-BA.
3	PRÉDIO ANEXO II	971,82	Av. Graça Lessa, 888 - Vale do Ogunjá, Salvador-BA.
4	MANUTENÇÃO SÃO CAETANO ANEXO	183,29	Rua. Direta do São Caetano, 335 - Cep 40.389-130, Salvador-BA.
TOTAL		3.952,39	

LOJAS CRÍTICAS

1	LOJA OGUNJÁ	1.539,28	Av. Graça Lessa, 888, Vale do Ogunjá, Salvador-BA.
2	LOJA CAMINHO DE AREIA	1.258,60	Av. Tiradentes, 45 - Cep 40.440-001, Salvador-BA.
3	LOJA SÃO CAETANO	784,04	R. Direta do São Caetano, 335 - Cep 40.389-130, Salvador-BA.
TOTAL		3.581,92	

CENTRAIS

1	C. Dist. BARROS REIS	2.551,08	Av. Barros Reis s/n - Retiro - Cep 40.315-000, Salvador-BA.
2	C. Dist. S. BONFIM I	1.482,57	Entroncamento Rodovia Lomanto Júnior - KM 103, Senhor do Bonfim-BA.
3	C. Dist. BUERAREMA	5.574,74	Rua Mário Ramos de Lima, Galpão 01, 336, Centro, Buerarema-BA
TOTAL		9.608,39	

LOJAS CESTA DO POVO

Nº	UNIDADE	CENTRAL	ÁREA (m ²)	ENDEREÇO
1	ÁGUAS CLARAS	SSA	262,85	R. Almirante Tamandaré, 02-Lot. Nogueira, Á. Claras - Cep 41.310-280, Salvador-BA.
2	BARROS REIS	SSA	958,63	Av. Heitor Dias s/n - Cep 40.310-000, Salvador-BA.
3	BOCA DO RIO	SSA	702,81	R. Abelardo Andrade de Carvalho s/n B. do Rio - Cep 41.706-710 , Salvador-BA.
4	CAMAÇARI	SSA	761,01	R. Desemb. Monte Negro s/n, Centro, F. Nova - Cep 42.800-000, Camaçari-BA.
5	CANABRAVA	SSA	438,02	R. dos Periquitos, s/n - Cep 41.260-340, Salvador-BA.
6	CANDEIAS	SSA	943,00	R. Antonio Pategon, 522 - Bairro Triângulo - Cep 43.815-370, Candeias-BA.
7	CASTELO BRANCO	SSA	387,95	Rua B, s/n, 1ª etapa - Cep 41.385-400, Salvador-BA.
8	CATU	SSA	190,12	Pç. Lourenço Olivieri, 18 - Centro, Cep 48.110-000, Catu-BA.
9	COMÉRCIO	SSA	846,87	Av. Estados Unidos, 653 - Cep 40.010-020, Salvador-BA.
10	ITAPUÃ	SSA	463,98	R. Genebaldo Figueiredo, 8 - Cep 41.610-180, Salvador-BA.
11	LAURO DE FREITAS	SSA	215,52	Rua Ladeira da Praça da Matriz nº 8, Lauro de Freitas-BA.
12	LOBATO	SSA	386,76	Aterro Joanes Leste s/n - Lobato - Cep 40.470-690, Salvador-BA.
13	MADRE DE DEUS	SSA	296,21	Pç. do Mirim / R. Rodagem s/n - Cep 42.600-000
14	MUSSURUNGA	SSA	424,47	Rua C, Setor C, s/n, Mussurunga 1 - Cep 41.490-350, Salvador-BA.
15	NARANDIBA	SSA	944,31	R. Edgar Santos s/n - Cep 41.150-000, Salvador-BA.
16	NORDESTE	SSA	245,32	Rua Reinaldo Matos, 791, Nordeste, Salvador-BA.
17	PERIPERI	SSA	514,51	R. Stª Luzia s/n - Cep 40.275-660, Salvador-BA.
18	PERNAMBUEÍS	SSA	227,21	Rua Tomás Gonzaga, nº. 245 - Pernambués, Salvador-BA.
19	POJUCA	SSA	243,83	Rua J. J. Seabra, 153 - Cep 48.120-000, Pojuca-BA.
20	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SSA	391,34	R. Duque de Caxias, s/n - Centro - Cep 43.900-000, São Francisco do Conde-BA.
21	SÃO JOAQUIM	SSA	983,84	Av. Frederico Pontes, s/n - Cep 40.460-120, Salvador-BA.
22	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SSA	241,20	R. Antonio Gonçalves, 173 - Centro - Cep 43.850-000, São Sebastião do Passé-BA.
23	SETE PORTAS	SSA	1.766,49	R. Cônego Pereira s/n - Cep 40.300-270, Salvador-BA.
24	SIMÕES FILHO	SSA	326,05	Av. Elmo Serejo Farias s/n - Cep 43.700-000, Simões Filho-BA.
25	URUGUAI	SSA	228,26	R. 06 de Janeiro, 66 - Cep 40.450-260, Salvador-BA.
26	ALAGOINHAS	SSA	648,83	Rua Francisco Batista s/n, Alagoinhas-BA.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

27	AMELIA RODRIGUES	SSA	332,01	Rua Lima Teixeira, s/n, Amélia Rodrigues-BA.
28	CICERO DANTAS	SBO	296,79	Rua Dr. Orlando Teixeira, 17, Cícero Dantas-BA.
29	CRUZ DAS ALMAS	SSA	433,68	Rua Ottens, s/nº, Cruz das Almas-BA.
30	CIDADE NOVA	SSA	639,29	Rua 02, BR 116 - Feira de Santana-BA.
31	ESTACAO NOVA	SSA	509,55	Av. João Durval Carneiro, 3.311 – A, Feira de Santana-BA.
32	OLHOS D'AGUA	SSA	644,28	Rua Senador Quintino, s/n, Feira de Santana-BA.
33	IPIRA	SBO	301,51	Rua Ainda Cury, 48, Ipirá-BA.
34	ITABERABA	SBO	243,31	Rua Alfredo Hayne, 180 A, Itaberaba-BA.
35	MUNDO NOVO	SBO	188,40	Rua José Carlos da Mota, 01, Mundo Novo-BA.
36	NAZARE	BUE	277,91	Av. Dom Pedro II, 70-A, Nazaré-BA.
37	RIBEIRA DO POMBAL	SBO	250,90	Rua Major Francisco Calazans, s/n, Ribeira do Pombal-BA.
38	SALINAS DAS MARGARIDAS	SSA	264,75	Rua Lídio Pena, 161, Salinas das Margaridas-BA.
39	SANTO AMARO	SSA	624,08	Rua Imperador, nº 30. - Cep 44.200-000, Santo Amaro-BA.
40	SANTO ANTONIO DE JESUS	SSA	545,10	Rua Alan Kardec, 264, Santo Antônio de Jesus-BA.
41	SAUBARA	SSA	255,56	Praça 04 de agosto S/N - Cep 44.220-000, Saubara-BA.
42	TERRA NOVA	SSA	209,96	Praça João XXIII, 01, Terra Nova-BA.
43	VERA CRUZ	SSA	241,69	Rua Estrada da Rodagem, 189, Vera Cruz-BA.
44	BARRA	SBO	297,36	Rua Silva Jardim, 60, Barra-BA.
45	CAMPO FORMOSO	SBO	268,94	Praça d Bandeira, 27 – Centro, Campo Formoso-BA.
46	CENTRAL	SBO	253,91	Praça do Mercado, s/n – Centro, Central-BA.
47	IRECE	SBO	595,41	Av. Caraíbas, 601 – Centro, Irecê-BA.
48	JACOBINA	SBO	453,09	Av. J.J Seabra, s/nº, Jacobina-BA.
49	JAGUARARI	SBO	283,00	Rua das Flores, s/n – Centro, Jaguarari-BA.
50	JUAZEIRO	SBO	644,93	Rua 2, nº. 280 – Alto da Maravilha, Juazeiro-BA.
51	MAIRI	SBO	333,79	Rua Dr. Manoel Soares Neto, 14 – Centro, Mairi-BA.
52	MORRO DO CHAPEU	SBO	269,11	Centro de Abastecimento, 188 – Centro, Morro do Chapéu-BA.
53	PINDOBAÇU	SBO	221,33	Praça Pedro Luis, nº. 354 – Centro, Pindobaçu-BA.
54	PIRITIBA	SBO	268,62	Praça Firmino Sampaio, 23 – Centro, Piritiba-BA.
55	SAUDE	SBO	172,38	Rua Coronel Joaquim Malta, s/n Centro, Saúde-BA.
56	SENHOR DO BONFIM	SBO	1.364,63	Praça Dr. José Gonçalves, 15 – Centro, Senhor do Bonfim-BA.
57	UAUA	SBO	287,10	Rua Olímpio José Rodrigues, 94-Centro, Uauá-BA.
58	XIQUE-XIQUE	SBO	478,73	Av. Custódio de Mores, 350- Centro, Xique-Xique-BA.
59	CAMACA	BUE	266,56	Rua Bahia s/n - Centro de Abastecimento, Camacã-BA.
60	CAMAMU	BUE	282,78	Av. Beira Mar s/nº, Camamu-BA.
61	GANDU	BUE	307,57	Rua Monsenhor Lombardi 49 – Centro, Gandu-BA.
62	ILHEUS	BUE	1.606,64	Av. Almirante Aurélio Linhares s/n – Centro, Ilhéus-BA.
63	IPIAU	BUE	452,55	Av. Getulio Vargas,637 – Centro, Ipiaú-BA.
64	ITABUNA I	BUE	566,70	Praça José Bastos, 86 – Centro, Itabuna-BA.
65	ITABUNA II	BUE	210,78	Travessa São Jorge, 88 - B. São Caetano, Itabuna-BA.
66	ITAPETINGA	BUE	423,72	Praça Central II Abastecimento, 15 s. Francisco de Assis, Itapetinga-BA.
67	ITARANTIM	BUE	240,62	Travessa Joaquim Pessoa, 07 – Centro, Itarantim-BA.
68	MACARANI	BUE	214,34	Rua Osvaldino Coelho, 25 – Centro, Maracani-BA.
69	MARAU	BUE	180,00	Av. Beira Mar s/n – Centro, Marau-BA.
70	PORTO SEGURO I	BUE	458,02	Praça Antonio Carlos Magalhães, nº 88 – Centro, Porto Seguro-BA.
71	UBAITABA	BUE	428,83	Av. Vasco Neto, s/n – Centro, Ubaitaba-BA.
72	VALENÇA	BUE	463,81	Av. Indl. Marita Almeida, s/n, Valença-BA.
73	BARRA DO CHOCA	BUE	159,66	Av. Getulio Vargas, 151 – Centro, Barra do Choça-BA.
74	BRUMADO	BUE	703,02	Av. Centenário nº 61 Centro, Brumado-BA.
75	CAETITE	BUE	403,42	Praça do Mercado s/n Centro, Caetité-BA.
76	GUANAMBI	BUE	374,00	Rua 15 de Novembro 57 – Centro, Guanambi-BA.
77	JEQUIE I	BUE	528,97	Av. Franz Gedeon, 118 A – Centro, Jequié-BA.
78	JEQUIE II	BUE	270,78	Rua Antonio Jacobina Brito, 31 A - B. Joaquim Romão, Jequié-BA.
79	VITORIA DA CONQUISTA I	BUE	350,93	Av. Ilhéus, nº. 2707, Bairro Brasil, Vitória da Conquista-BA.
80	VITORIA DA CONQUISTA II	BUE	485,20	Rua Joaquim Nambuco, 238 – Centro, Vitória da Conquista-BA.
TOTAL			35.869,42	